

Acervo Memória Estatística do Brasil: O que revela sobre a expansão do ensino primário (Santa Catarina, 1870-1929)?¹

Dilce Schüeroff*
Vera Lucia Gaspar da Silva**

Resumo

Objetivo do presente texto é apresentar dados e tecer algumas análises sobre a expansão do ensino primário catarinense entre 1870 e 1929. Compõem o conjunto de fontes consultadas relatórios, mensagens, fallas, synopse dos presidentes da província e do governador do estado de Santa Catarina. Os dados apresentados ajudam a aprofundar a reflexão sobre a historiografia da educação catarinense, que tem construído uma memória com ênfase na *escola normal* e nos *grupos escolares*, com pouca visibilidade para as instituições responsáveis pela escolarização da maior parte das crianças e pela formação de seus professores, as *escolas isoladas* e as *escolas complementares*.

Palavras-chave: Ensino Primário; Expansão de escolas; Estatística.

Statistical Memory of Brazil: What does it reveal about the expansion of primary education (Santa Catarina, 1870-1929)?

Abstract

The purpose of this text is to present data and to give some analyses about the expansion of primary education in Santa Catarina State between the years 1870 and 1929. Comprised in the set of the sources consulted are Reports, Messages, Speeches, Synopsis of the Presidents of the Province and of the Governor of the State of Santa Catarina. The data presented help to deepen the reflection about the historiography of education in Santa Catarina that has been constructing a memory emphasizing the Normal School and the School Groups, with little visibility to those institutions responsible for the schooling of the majority of the children and for the training of their teachers, the Isolated Schools and Complementary Schools.

Keywords: Primary Education; Expansion of schools; Statistics.

Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar dados e tecer algumas análises sobre a expansão do ensino primário catarinense² de 1870 até 1929. Este tema é uma das ações do projeto da pesquisa “*OBJETOS EM VIAGEM: Discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária em países ibero-americanos (1870–1920)*”. A investigação também objetiva construir um mapa, por meio de gráficos, da expansão escolar. Trata-se de uma representação através da qual diferentes formas de escolarização da infância podem ser visibilizadas. Na mesma medida, o mapa possibilita que as reflexões sobre o provimento material da escola catarinense em curso – em diferentes trabalhos agregados à pesquisa antes citada – sejam subsidiadas. Além disso, o projeto teve como motivação a ausência de informações sistematizadas sobre o tema na literatura da área, observando-se que os dados estão dispersos, mas ainda não foram tomados como objeto de pesquisa. Embora as atenções se concentrem nas *escolas públicas* para ensino primário, informações

sobre escolas com outras filiações foram agregadas (*escolas particulares, escolas subvencionadas, etc.*).

O marco temporal justifica-se pela trajetória do grupo de pesquisa que está na base da presente proposta, muito embora não se estabeleça esta temporalidade como “camisa de força”, pois, na medida em que a pesquisa avançou, foi necessário ampliar o período no sentido de compreender melhor como o cenário educacional foi se constituindo em Santa Catarina.

Compõem o conjunto de fontes consultadas relatórios, mensagens e “fallas”³ dos presidentes da província de Santa Catarina, “synopses”, mensagens e relatórios do governador do estado disponíveis no site <http://memoria.org.br/> do Acervo Memória Estatística do Brasil, disponível na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (BMF/RJ)⁴. Estas fontes são significativas por apresentarem questões importantes sobre diversos aspectos da educação catarinense. Dentre elas, além de oferecerem outros elementos que contribuem para o entendimento do contexto educacional, social e político da época, estão dados estatísticos sobre

* Endereço eletrônico: dilceschueroff@gmail.com

** Endereço eletrônico: vera.gaspar.udesc@gmail.com

número de escolas para ensino primário e formação de professores.

Como as fontes não trazem os dados educacionais de forma ordenada, foi necessário construir tabelas⁵ para sistematizá-los e organizá-los de modo a facilitar a compreensão e as análises. As tabelas foram construídas em ordem cronológica, permitindo, assim, visualizar a expansão e os tipos de escolas criadas no período de 1870 até 1929. Concluída esta etapa, passou-se à produção de gráficos, apresentados no texto nas figuras, que permitem uma visualização mais didática das informações relativas à expansão de escolas para ensino primário público e particular catarinense.

Conforme já mencionado, os dados estatísticos relativos à educação apresentados nas fontes são, geralmente, escassos e desordenados, especialmente no que diz respeito às escolas particulares. A pesquisa realizada por Gil (2007)⁶ ajuda a compreender tal desordem. Ela investigou as relações estabelecidas entre educação e estatísticas no Brasil no período compreendido entre 1871 e a década de 1940. De acordo com a autora (2008), há evidências de que a desordem em relação aos dados estivesse relacionada ao momento de crise pelo qual passava a Diretoria Geral de Estatística (DGE) do Brasil por conta da turbulência política enfrentada nos primeiros anos da República, com a conseqüente troca de presidentes. Os estados também passavam por dificuldades e, durante a Primeira República:

ficou a cargo dos estados a realização das estatísticas, devendo cada qual produzi-las e enviá-las ao órgão central que tinha a incumbência de proceder às totalizações nacionais. Como os estados tinham concentrado muitos encargos, dispunham de poucas condições e escassos recursos para cumpri-los e como não lhes era evidente a importância dos levantamentos estatísticos, na maioria das vezes, acabavam por não atender aos pedidos da Diretoria Geral de Estatística. (GIL, 2008, p. 492).

Sendo de cada estado a responsabilidade pela realização das estatísticas, o governador catarinense Vidal José de Oliveira Ramos Junior criou, em 12 de março de 1903, o Serviço de Estatística do Estado, que funcionaria no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC):

Confiando-o a uma diretoria, a cargo do Sr. José Arthur Boiteux, de cuja solicitude espero tão importante ramo ao serviço público, que “é para os governos o que a bússola é para os navegantes”, produzirá as reaes vantagens que d’elle decorrem.

(SANTA CATARINA, 1903, p. 22).

Apesar de se ter localizado a informação acima, até o momento não foram encontradas fontes que mostrem como o serviço se organizou no estado.

Pela análise dos documentos pesquisados em relação à educação, percebe-se que havia preocupação no sentido de se conhecer a realidade das escolas no território catarinense, quando se estabelecem “providências à estatística escolar” (SANTA CATARINA, 1906, p. 24) no Regimento de Instrução Pública, aprovado em 6 de setembro de 1905. Também o Regulamento Geral da Instrução Pública, criado pelo Decreto nº 585, de 19 de abril de 1911, designou a “instituição da estatística escolar, não só para a criação de novas escolas, como também para se aniquilar com segurança dos resultados obtidos” (SANTA CATARINA, 1914, p. 142). Todavia, os esforços empreendidos não obtiveram os resultados desejados, conforme denuncia a mensagem apresentada pelo major João Guimarães Pinho, no ano de 1915:

A estatística escolar ainda deixa muito a desejar, em 1914; nem todas as escolas remeteram boletins mensais que servem de base a esse trabalho e a maior parte dos que foram remetidos vieram errados ou cheios de defeitos e omissões. Compreendendo o mal daí resultante, a Secretaria Geral deu nova organização ao serviço de estatística escolar, confiando-o a funcionário competente, que está agindo de acordo com instruções claras e positivas, pelo que é provável que do corrente ano em diante poder-se-á apresentar um trabalho verdadeiro e completo. (SANTA CATARINA, 1915, p. 10).

Passados mais de dez anos, a mensagem apresentada pelo coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, no ano de 1925, revelava que os números ainda estavam “aquém do movimento real, pois a Diretoria da Instrução, apesar dos seus reiterados esforços e constante vigilância, ainda não presume ter completo o elenco das escolas primárias não mantidas pelo estado” (SANTA CATARINA, 1925, p. 23). Tais questões revelam que o serviço de estatística em Santa Catarina ainda era deficiente e, provavelmente, continuou até 1930, quando, com o Estado Novo, segundo Gil (2007), se reorganiza o órgão responsável pela realização das estatísticas que começam a ser realizadas no Brasil. Todavia, tal deficiência não impediu que a estatística escolar, na forma como então se fazia, fosse utilizada pelo estado para tomar decisões em relação à oferta de

escolas públicas estaduais à população, conforme será apresentado mais adiante.

Estudos mostram que a estatística se tornou, para os estados, um elemento fundamental para governar. Para Vidal José de Oliveira Ramos Junior, governador e responsável pela Reforma de 1910 na educação catarinense, a estatística “é para os governos o que a bússola é para os navegantes” (SANTA CATARINA, 1903, p. 22), um conhecimento e um instrumento necessários que ajudam a definir e desenhar o tipo de Estado que se pretende construir, ou seja, “os destinos das nações passam a ser definidos através dos números” (KNIBBS, 1910, p. 6 apud NOVOA, 2004, p. 9). Foi a partir do século XIX, no entanto, que a estatística se consolidou “no quadro de um processo de internacionalização da ciência que consagra a *medida* e a *objetividade* como elementos fundamentais do progresso: os ‘bons governos’ dependem das ‘boas estatísticas’” (NÓVOA, 2004, p. 10). Em 1853, realizou-se o 1º Congresso Internacional de Estatística em Bruxelas e, no ano de 1886, criou-se o Instituto Internacional de Estatística em Londres, sendo este um período importante que assiste ao sucesso das grandes exposições universais⁷ (NÓVOA, 2004).

O século XIX também é um período que marca as mudanças na maneira de governar e no qual aparece algo totalmente diferente, que se constitui num saber necessário para governar o Estado, que é a estatística (FOUCAULT, 2008). Este autor apresenta os saberes que um soberano deveria ter para governar antes do surgimento da estatística e os que seriam necessários a partir do seu surgimento. Até o início do século XVII, um soberano deveria ser sábio e prudente:

Ser sábio era conhecer as leis: conhecer as leis positivas do país, conhecer as leis naturais que se impõem a todos os homens, conhecer, é claro, as leis e mandamentos de Deus. Ser sábio era também conhecer os exemplos históricos, os modelos de virtude e deles fazer regras de comportamento. Além disso, o soberano tinha de ser prudente, isto é, saber em que medida, em que momento e em que circunstâncias era efetivamente necessário aplicar essa sabedoria. (FOUCAULT, 2008, p. 364).

De acordo com esse autor (2008), a partir o século XVII um soberano não deveria conhecer apenas e simplesmente as leis:

O saber necessário ao soberano será muito mais

um conhecimento das coisas do que um conhecimento da lei, e essas coisas que um soberano deve conhecer, essas coisas que são a própria realidade do Estado é precisamente o que na época se chama de “estatística”. Etimologicamente, a estatística é o conhecimento do Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade, medida da sua mortalidade, da sua natalidade, estimativas das diferentes categorias de indivíduos num Estado e da sua riqueza, estimativa das riquezas virtuais de que um Estado dispõe: minas, florestas, etc., estimativa das riquezas produzidas, estimativa das riquezas que circulam, estimativa da balança comercial, medidas dos efeitos das taxas e dos impostos – são todos esses dados e muitos outros que vão constituir agora o conteúdo essencial do saber do soberano. Não mais, portanto, *corpus* de leis ou habilidade em aplicá-las quando necessário, mas conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado. (FOUCAULT, 2008, p. 365).

A estatística, por meio de recenseamentos, passou a ser a ferramenta que oferecia conhecimentos para governar um Estado. No Brasil, o primeiro recenseamento foi realizado pela Diretoria Geral de Estatística (DGE) no ano de 1872, ano em que a província de Santa Catarina teve sua população recenseada. Neste recenseamento, registraram-se, por exemplo, o número de analfabetos e o de pessoas que sabiam ler e escrever. O alto índice de analfabetismo denunciava o atraso educacional no qual a província se encontrava, mostrando, portanto, ser necessário expandir a escolarização pública, já que um Estado, para ser moderno, precisaria oferecer instrução ao povo. As pessoas precisavam saber ler e escrever, aprender normas e condutas condizentes com os ideais daquilo no que o Estado pretendia se constituir: moderno, civilizado e progressista.

Expansão das escolas de ensino primário e escolas de formação de professores

O alto índice de analfabetos denunciado pelo Recenseamento de 1872 mostrava que a província de Santa Catarina estava significativamente distante do que representava o ideal de um Estado moderno, direção (ao menos retórica) que o Brasil tomava. O caminho a ser percorrido apontava para a Proclamação da República; no novo regime, as pessoas precisariam saber ler e escrever para exercer seus direitos, como, por exemplo, o de votar. Para

isso, precisava-se de uma população livre do analfabetismo. Mas, conforme mostram os documentos consultados, Santa Catarina apresentava um quadro de “atraso” na educação desde o período monárquico, que adentrou os primeiros anos da República. O presidente da província, Machado de Oliveira, em 1837, apontava:

a necessidade de medidas que possam animar a Instrução elementar, e tirá-la do estado de abatimento em que se acha, não pode ser, senhores, senão bem sentida por vós. Só providências enérgicas e adequadas poderão fazer valer entre nós a carreira do magistério, que, a despeito de sua reconhecida utilidade, tem estado até agora lançado ao desprezo, e indiferentismo. (SANTA CATARINA, 1837, p. 6).

Schmidt (2012) realizou uma pesquisa que mostra como a educação em Santa Catarina foi sendo constituída no século XIX. Segundo a autora, já havia algumas escolas públicas no início do século XIX, mas foi somente a partir da independência (1822) política do Brasil que se tornou obrigatória a oferta de educação pública mantida pelo Estado:

A Lei imperial de 15 de outubro de 1827, artigo 1º, determinava que em todas as cidades, vilas e lugares populosos fossem criadas escolas de primeiras letras. Santa Catarina passou a cumprir essa determinação de forma gradativa, sendo primeiro contempladas as sedes de cidades e as vilas. (SCHMIDT, 2012, p. 147).

Dentre outras questões levantadas, a autora apresenta o número de escolas existentes na província entre 1831 e 1860. Os dados revelam ter havido aumento de escolas, porém, a porcentagem da população atendida pouco teria mudado no período pesquisado em função do aumento dessa população. Segundo Schmidt (2012), no ano de 1833, apenas 1% da população recebia instrução, tendo esse percentual subido para apenas 1,7% no ano de 1860.

No ano de 1889 é proclamada a República; muda-se o regime de governo, mas a educação continua praticamente com os mesmos problemas de antes. Na mensagem de 1911, o governador Vidal José de Oliveira Ramos diz:

O ensino primário no estado é o que se pode imaginar de mais atrasado. Basta dizer que cada escola publica dá, anualmente, em termo médio, 3 alunos promptos em exame final! Este fato pungente e desolador é, por si só, bastante para justificar qualquer sacrifício que o Estado haja de

fazer para dar ao povo aquilo que elle mais precisa porque é o maior bem que se lhe pode dar – a instrucção. [...] as causas primordiais do atrazo do ensino primário entre nós são a falta de mestres idôneos e a adopção de processos archaicos, considerados imprestáveis pela pedagogia moderna. (SANTA CATARINA, 1911, p. 27-28).

O então governador buscou alterar tal realidade ao empreender uma reforma no ensino no ano de 1910. Ele defendia que “a escola é o laboratório, onde se prepara o caráter e onde se inicia o desenvolver das aptidões individuaes. E do caráter de um povo e do aproveitamento racional das energias pessoas, dimanam as correntes transformadoras das sociedades e das civilizações” (SANTA CATARINA, 1912, p. 42). A Reforma de 1910 trouxe mudanças significativas para a educação, fundando novas escolas, investindo na formação de professores, num novo modelo pedagógico e na fiscalização:

Cumpria, portanto, que a remodelação do ensino fosse fundada em bases novas, de accordo com a evolução que se vai operando em todo o paiz sobre este magno assumpto. Fundar um novo typo de escola, dar à mocidade um professorado cheio de emulação e estabelecer uma fiscalização technica e administrativa real e constante. (SANTA CATARINA, 1911, p. 28).

Além de estabelecer novo tipo de escola, de formar mais professores, de inserir novo método de ensino, controle e fiscalização, a reforma também contribuiu para a expansão do número de escolas para o ensino primário.

Com a reforma, as escolas públicas que ensinavam a ler e a escrever passaram a ser denominadas *escolas isoladas*⁸ e, em 1920, também foram criadas as *escolas subvencionadas federais* – que eram públicas. Foram implantados, ainda, para o ensino primário, os *grupos escolares* e, a começar em 1916, as *escolas reunidas*. Estas escolas destinavam-se ao ensino primário (o que corresponde, atualmente, aos anos iniciais do ensino fundamental). Inicialmente, os *grupos escolares* foram instalados nas cidades mais populosas e as *escolas isoladas*, as *subvencionadas* (em maior número) e as *reunidas* (em menor número) espalharam-se pelas regiões rurais do estado, especialmente nas de colonização de imigrantes europeus⁹.

É importante destacar, porém, que a reforma aprovada em 1910, apesar de ter influenciado diretamente a expansão das *escolas isoladas* e

reunidas, não as beneficiou de imediato, conforme destaca o próprio autor da reforma: “Para esta ordem de escolas, os benefícios da reforma serão inevitavelmente demorados, pois que não é possível, de um momento para o outro, prove-las de professores bastante aptos a dar-lhes instalação conveniente” (SANTA CATARINA, 1912, p. 44).

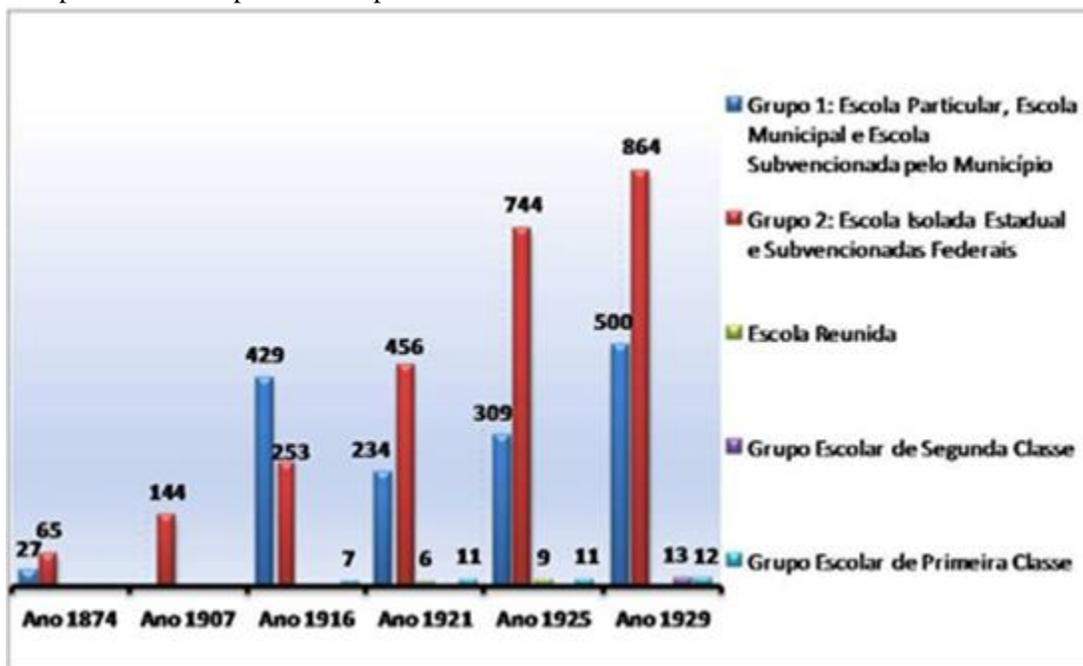
Em relação às *escolas particulares*, elas continuaram a existir após a reforma, sendo criadas e mantidas pela comunidade e pela Igreja, principalmente nos municípios colonizados por imigrantes europeus, como Joinville, Blumenau, Brusque, Nova Trento e Urussanga, os quais também criavam escolas e subvencionavam instituições particulares. As escolas mantidas pelos municípios eram chamadas de *escolas municipais*.

As *escolas isoladas* e as *particulares*, *municipais* e *subvencionadas* possuíam características semelhantes, como a estrutura física e material. Ainda faltam, todavia, estudos que mostrem as especificidades de cada uma delas. O que os documentos deixam claro é que a diferença entre elas estava na língua em que o professor ensinava. Nas *escolas isoladas estaduais* e *subvencionadas federais* ensinava-se na língua portuguesa, enquanto que nas *escolas particulares* e nas *municipais* e

subvencionadas pelo município era utilizada para ensinar, geralmente, a língua estrangeira, ou seja, a língua do país de origem dos imigrantes, pois estas escolas localizavam-se especialmente nas regiões de colonização alemã e italiana. Portanto, para melhor compreensão da expansão dessas escolas, foram criados dois grupos para fins de apresentação – Figura 1. No grupo 1, estão agrupadas as *escolas particulares*, *municipais* e *subvencionadas municipais*. No grupo 2, as *escolas isoladas* e as *subvencionadas federais*.

Na Figura 1, é apresentado, também, o número de *grupos escolares* que representavam o que havia de mais moderno em educação, muito diferentes na estrutura e métodos pedagógicos em relação às escolas classificadas nos grupos 1 e 2. Também são apresentadas as *escolas reunidas*, criadas a partir de 1916, as quais, em 1921, foram transformadas em grupos escolares de segunda classe; apesar de seguirem a legislação do estado, não apresentavam estrutura igual à dos *grupos escolares*. Assim como no caso das diferentes *escolas isoladas* para o ensino primário, também faltam estudos para conhecer melhor como funcionavam as *escolas reunidas*.

FIGURA 1: Tipos de escolas para ensino primário



Fonte: Produzido com informações coletadas pelas autoras, 2016

Em relação aos números apresentados na figura, podem-se destacar três aspectos: a) *os grupos escolares*, tanto os de primeira como os de segunda classe, quando somados, eram poucos, comparados ao número das outras escolas; b) ausência do número das *escolas particulares, municipais e subvencionadas* por volta de 1907 e do movimento delas em relação às *escolas isoladas públicas e subvencionadas federais*; e c) expressiva expansão das *escolas isoladas públicas e subvencionadas federais*.

Sobre os três aspectos acima destacados, merece atenção especial o que diz respeito à ausência do número das *escolas particulares, municipais e subvencionadas municipais* e o movimento delas em relação às *escolas isoladas públicas e subvencionadas federais*. Lembremos que foram agrupadas tendo como critério a língua na qual se ensinava.

As escolas do grupo 1 localizavam-se, em geral, nas regiões de colonização de imigrantes europeus que, à medida em que se iam estabelecendo, desenvolviam-se social, econômica e culturalmente, e construíam suas próprias escolas. A figura mostra que, em 1874, o número das *escolas públicas* de ensino primário era maior que o das *particulares*. Já no ano de 1907, não aparece número sobre as *escolas particulares* nos documentos consultados. Esta ausência é percebida alguns anos antes e depois de 1907¹⁰. No ano de 1916, havia muito mais *escolas particulares* do que *escolas isoladas públicas*. Este dado nos fornece indicativos de que as colônias de imigrantes criavam suas próprias escolas, independente dos auxílios do estado. Corroborando este dado, a mensagem apresentada pelo governador Felipe Schmidt, em 1917, denuncia o desleixo do estado com as regiões de colonização:

Os governos deixaram esses colonos entregues a si mesmos, não lhes deram escolas condignas, não realizaram enfim, um processo lento de infiltração nacional que os forçasse à assimilação ao meio, ao conhecimento da nossa vida, da nossa história e das nossas aspirações. Os núcleos de população estrangeira ficaram estrangeiros pela língua e pelos costumes, tendo suas escolas, seus jornaes, suas autoridades, tudo de que podiam carecer para as necessidades materiaes e moraes da existência. (SANTA CATARINA, 1917, p. 8).

Ciente de tal situação, o governador propõe, em 1917:

a regulamentação do ensino em escolas

particulares, cujo número é bastante avultado. Algumas delas são subvencionadas pelas municipalidades, o que não impede que, contra o regulamento da instrução estadual, o ensino seja feito em língua estrangeira. É preciso corrigir essa situação, tornando obrigatório o ensino da língua nacional em todas as escolas, mesmo as não subvencionadas, com os programmas adoptados nas escolas publicas estaduaes. (SANTA CATARINA, 1917, p. 31).

A necessidade de se criar escolas que ensinassem na língua pátria era preocupação desde 1913, como revela o mesmo governador (1917), ao informar que o estado se dirigira à União pedindo auxílio para abrir escolas nas regiões coloniais, mas não obteve apoio. Apenas em 1918 o auxílio financeiro designado pela União chegou ao estado. Tal decisão foi tomada quando o Brasil declarou guerra contra a Alemanha (1ª Guerra Mundial 1914-1918) e o governo federal mandou fechar todas as escolas particulares em que não se ensinasse em língua portuguesa. Cumprindo a determinação, o governador Felipe Schmidt providenciou o fechamento de 200 escolas particulares nos municípios de São Bento, Joinville, Blumenau, Itajaí, Brusque, Palhoça, Tubarão e Imaruí (SANTA CATARINA, 1918) e, com o auxílio da União, criou 72 escolas até o final de 1918, denominadas de *escolas subvencionadas federais*, que deveriam seguir os regulamentos educacionais do estado:

Este ato benemérito e altamente patriótico do Governo Federal, veio ao encontro dos esforços e sacrificios que o estado tem feito, no sentido de incrementar o ensino publico, e especialmente de nacionalizar completamente a população de origem colonial, ainda hoje espalhada em várias regiões do nosso território. (SANTA CATARINA, 1918, p. 41).

Nos anos seguintes, foram criadas mais escolas, chegando a 190. Esta questão, que se inicia em 1918 e segue até meados de 1921, explica a diminuição das *escolas particulares*. Apesar da expansão das *escolas isoladas públicas*, nota-se que as *particulares* voltam a aumentar principalmente a partir de 1925. Levanta-se a hipótese de que elas continuaram aumentando até a 2ª Guerra Mundial, quando, novamente, são reprimidas pelo estado.

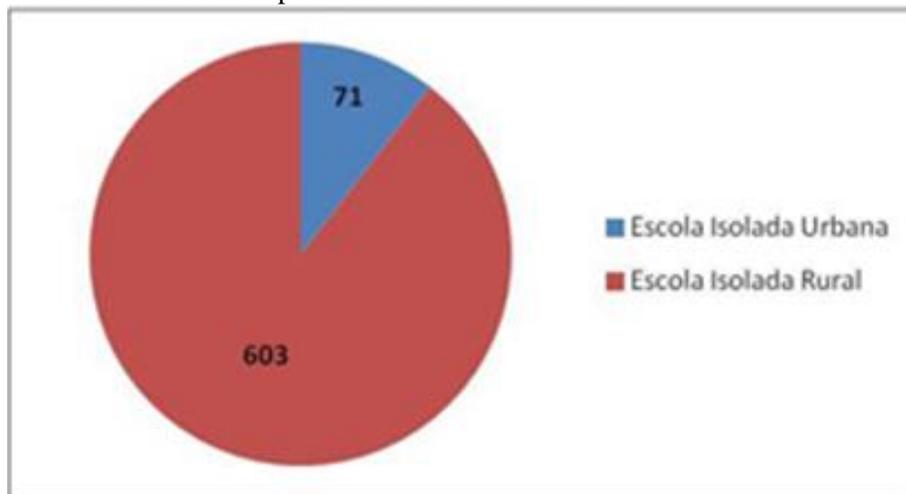
Todavia, o destaque na Figura 1 é a expansão do número de escolas para o ensino primário, fossem elas *públicas, particulares* ou *subvencionadas*. Tal fato mostra a importância que se atribuía à escolarização e nos leva a pensar que, se houve

expansão de escolas, houve também expansão de produtos para a escola, ou seja, de um mercado que pensava a educação e produzia objetos e artefatos para supri-la¹¹.

A Figura 1 mostra, também, o número de *grupos escolares* criados até 1929, sendo estes instalados apenas nos maiores centros urbanos, pois abrigavam maior quantidade de alunos e não era compensador criar grupos em regiões de pouca densidade demográfica. Em 1929, aparecem também

grupos escolares de segunda classe. Eram as antigas *escolas reunidas* que, à medida que iam agrupando maior número de alunos, eram transformadas em *grupos de segunda classe*. As *escolas isoladas* apresentam-se em número muito maior em relação aos *grupos escolares* e às *escolas reunidas*. Havia algumas *escolas isoladas* em regiões urbanas, mas a expansão se deu, de fato, nas regiões rurais, como mostra a Figura 2.

FIGURA 2: Número de escolas isoladas públicas urbana e rural – 1929

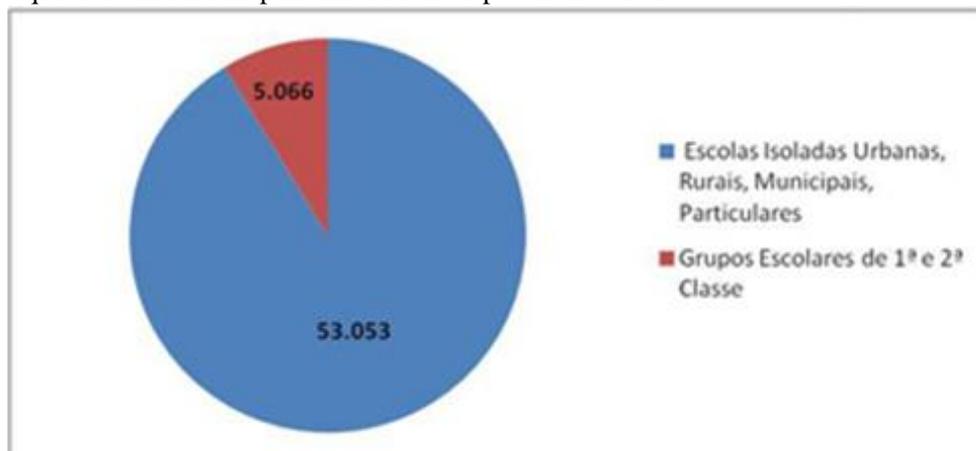


Fonte: Produzido com informações coletadas pelas autoras, 2016

Os *grupos escolares* eram as escolas de maior prestígio na sociedade daquele período, pois apresentavam o que havia de mais moderno na educação, tanto na estrutura física, quanto na administrativa e pedagógica, enquanto que as *escolas isoladas* eram consideradas de menor prestígio e

ensinavam com o mínimo necessário (GASPAR DA SILVA; JESUS; FERBER, 2012). Considerando que havia muito mais *escolas isoladas* do que *grupos escolares* e organizando os dados de matrícula, vê-se que havia muito mais crianças que estudavam em *escolas isoladas*, dado representado na Figura 3.

FIGURA 3: Frequência nas escolas públicas de ensino primário – 1929



Fonte: Produzido com informações coletadas pelas autoras, 2016

Os *grupos escolares*, desse modo, apresentavam melhor estrutura física, administrativa e pedagógica, o que nos permite pensar que apenas uma pequena parcela das crianças tinha acesso a uma educação de maior qualidade, enquanto a maioria frequentava escolas de menor prestígio. Mas, como ainda temos poucos estudos sobre as *escolas isoladas* – que eram muitas e variadas –, pode-se questionar: será que todas elas eram desprestigiadas?

Havia, também, as escolas para formação de professores. Para que uma escola funcionasse, era necessário um professor, mas, segundo os discursos da época, o professor deveria ser capacitado para formar bem a criança. Desde o período monárquico, defendia-se a ideia da importância da formação e da qualificação dos professores para o desenvolvimento da educação. No ano de 1836, o presidente da província, Albuquerque Cavalcante, dizia que era preciso uniformizar o método de ensino e oferecer “Compendios bem ordenados que os Professores sejam obrigados a seguir no ensino” e “criando uma Escola Normal onde se habilitem os Professores para o Magistério” (SANTA CATARINA, 1836, p. 2).

As ideias de uniformizar o método de ensino e formar professores perpassam o período monárquico e prosseguem no republicano. No ano de 1903, o governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior diz que “a instrução primária entre nós muito deixa a desejar, devido principalmente a duas causas: incompetência de grande parte dos professores e absoluta falta de fiscalização” (SANTA CATARINA, 1903, p. 20). A “incompetência” seria corrigida pela formação dos professores em escolas destinadas a este fim, e a fiscalização contribuiria para a uniformização do ensino com métodos adotados pela pedagogia moderna, pois muitos professores ainda adotavam métodos considerados arcaicos. O então governador acreditava que a mudança na educação deveria iniciar-se pela formação de professores e a Reforma de 1910, por

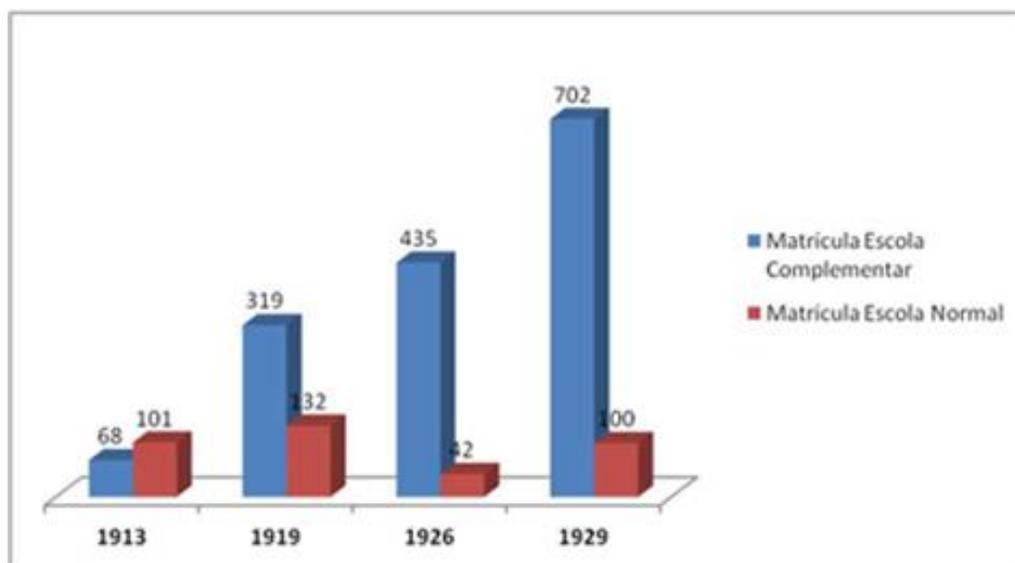
ele empreendida, iniciou pela *escola normal*: “Como era natural e lógico, a reforma começou pela Escola Normal, destinada a formar os mestres da mocidade catarinense” (SANTA CATARINA, 1911, p. 28).

A reforma também criou outro tipo de escola para formar professores, eram as *escolas complementares* que ofereciam uma formação menos qualificada se comparada à da *escola normal*. Elas tinham por objetivo formar professores para as inúmeras *escolas isoladas* que foram criadas pelo estado. Para o governador Vidal Ramos:

a criação de Escolas Complementares impunha-se como complemento indispensável ao aparelho de ensino creado pela reforma que está sendo posta em prática. Por esse motivo expedi o Decreto n. 604 de 11 de julho do corrente anno, creando, *ad-referendum* do Poder Legislativo, esses estabelecimentos de instrução que têm por fim desenvolver gradativamente o ensino ministrado nos Grupos Escolares e estabelecer, pelas regalias conferidas aos complementaristas, a necessária corrente de candidatos ao magistério primário [...] Como o Estado, os Municípios luctam com falta de professores idôneos. Espero que a criação das Escolas complementares concorrerá poderosamente para obviar esse mal. (SANTA CATARINA, 1911, p. 35-36).

No período em estudo, havia no estado apenas uma *escola normal* situada na capital, enquanto que as *escolas complementares*, que funcionavam anexas aos *grupos escolares*, eram em maior número, formando, portanto, mais professores, pois havia muitas *escolas isoladas* necessitando de professores capacitados e que falassem a língua portuguesa. A Figura 4 mostra os números de matrícula da *escola normal* e da *escola complementar*.

FIGURA 4: Matrícula nas escolas para formação de professores para o ensino primário



Fonte: Produzido com informações coletadas pelas autoras, 2016

Pode-se observar que o número de alunos matriculados nas *escolas complementares* aumentou consideravelmente de 1913 até 1929. Já a *escola normal* manteve praticamente o mesmo número de matrículas no decorrer dos anos.

Considerações finais

A pesquisa mostrou que, no período imperial e início da República, a educação em Santa Catarina pouco avançou e que a expansão de escolas aconteceu de forma mais significativa a partir da Reforma de 1910, quando surgiram novas categorias de escolas, tanto para o ensino primário como para formação de professores. No ensino primário, houve expansão das *escolas isoladas*, das *particulares*, das *subvencionadas*, das *municipais* e a criação de novos tipos de escola, que são os *grupos escolares* e as *escolas reunidas*. Os grupos eram o que havia de mais suntuoso na época e foram instalados em prédios que se destacavam na paisagem das cidades. Além da suntuosidade do prédio, havia, também, novos métodos e uma organização pedagógica baseada na pedagogia moderna. As *escolas reunidas* abrigavam número maior de alunos, se comparadas às *escolas isoladas* e, à medida em que foram crescendo, foram readequadas e transformadas em *grupos escolares* de segunda classe, pois não apresentavam estrutura igual à dos *grupos escolares* que eram considerados de primeira classe.

Acerca do número de alunos, revelou-se, por

exemplo, que no ano de 1929, das cerca de 58.000 crianças matriculadas no ensino primário, em torno de 5.000 apenas frequentavam *grupos escolares* de 1.^a e 2.^a classe.

Sobre as escolas para formação de professores, a pesquisa mostrou que havia apenas uma *escola normal pública*, a qual, a partir da reforma, formava professores, principalmente para ocupar as vagas nos *grupos escolares*. Já para as numerosas *escolas isoladas* que se foram expandindo nas zonas rurais, criou-se a *escola complementar*, com o objetivo de formar professores para nelas se ensinar a leitura e a escrita da língua portuguesa.

Outra questão evidenciada pela pesquisa é a relação que o estado tinha com as colônias de imigrantes europeus, que foram construindo suas próprias escolas. Nota-se que o estado imprimiu esforços para oferecer escolas públicas para ensinar a língua portuguesa e criar sentimento patriótico nos filhos de imigrantes. Seguindo o pensamento dos governantes da época, se estavam no Brasil, deveriam inserir-se na cultura e cultivar uma identidade brasileira. De fato, houve expansão de escolas públicas nas regiões habitadas pelos imigrantes e seus filhos, mas essa expansão não impediu que *escolas particulares* continuassem funcionando durante todo o tempo, expandindo-se novamente a partir de 1925.

A pesquisa também possibilitou visualizar um cenário das escolas existentes no período em estudo. Ao revelar acentuada expansão do ensino,

nos permite refletir sobre a constituição da materialidade dessas escolas e o crescimento de um mercado que pensava a educação e produzia objetos e artefatos para supri-la. Estes objetos e artefatos, que podiam ser tudo o que servia para que uma escola funcionasse, são objeto de pesquisa de historiadores da educação, pois as coisas também imprimem determinado tipo de educação, ou seja, transmitem cultura e saberes que fazem parte da formação.

O campo da história da educação catarinense tem mostrado que os *grupos escolares* representavam o que havia de mais moderno em termos de escola em relação a espaço físico, arquitetura, mobiliário: dos objetos aos móveis que compunham uma sala de aula, aos métodos pedagógicos. Enfim, todo o aparato necessário para colocar em prática o que havia de mais atual na educação da época. Já as *escolas isoladas* continuaram, em sua maioria, à margem do processo de modernização, tendo que funcionar com o mínimo necessário para escolarizar a maioria das crianças catarinenses. Portanto, considerando que a materialidade escolar ensina, educa, produz cultura, é importante olhar também para as escolas de menor prestígio para que se possa compreender como se deu a escolarização da maioria das crianças catarinenses no início do século XX. Dados como estes ajudam a aprofundar a reflexão sobre a historiografia da educação catarinense, que tem construído uma memória com ênfase na *escola normal* e nos *grupos escolares*, e com pouca visibilidade nas instituições responsáveis pela escolarização da maior parte das crianças e pela formação de seus professores, as *escolas isoladas* e as *escolas complementares*.

Notas

1 Este artigo é uma versão ampliada do trabalho apresentado no IX CBHE e publicada nos anais do evento:

<http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo8/individual/6450-6464.pdf>

2 Neste texto, utilizam-se as expressões *instrução elementar* ou *instrução primária* (conceito utilizado no século XIX e início do XX) e *ensino primário* (conceito do século XX). Todas são utilizadas para fazer referência aos primeiros anos de escolarização.

3 O termo empregado no decorrer do artigo mantém fidelidade à escrita da época (século XIX e início do século XX).

4 O projeto digitaliza e disponibiliza publicações com estatísticas sociais, demográficas,

econômicas, financeiras e sociais do século XIX e do início do século XX. Para saber mais, consultar: <http://memoria.org.br/>.

5 Tais tabelas assumiram o lugar de instrumentos de trabalho necessários para a organização dos dados na forma de gráficos; portanto, elas não são apresentadas neste texto.

6 Para saber mais sobre a história da estatística no Brasil, consultar Gil (2007).

7 No livro intitulado *Exposições Universais: espetáculos da modernidade no século XIX*, sua autora, Pesavento (1997), mostra que, a partir de meados do século XIX, aconteceram diversas exposições universais da indústria, ora na Europa, ora nos Estados Unidos, das quais o Brasil, em geral, participou. A autora discorre não apenas sobre os eventos propriamente, mas também sobre suas diversas facetas: espetáculo capitalista, instrumento de mistificação e alienação (que escondia o papel essencial do trabalhador), apologia do progresso e da superioridade, lucidez e eficiência do europeu. Além disso, mostra que as exposições vieram alertar parte de nossa incipiente burguesia sobre a necessidade de superar a herança colonial escravista.

8 Citamos, aqui, dois estudos que ajudam a compreender, ainda que em parte, o funcionamento de escolas com esta configuração: FERBER (2015) e ÁVILA (2008).

9 Desde o início do século XIX, Santa Catarina recebeu grande contingente de imigrantes europeus, principalmente de alemães e italianos, que foram estabelecendo colônias e formando cidades como Joinville, Blumenau, Brusque, dentre outras.

10 Esta ausência dos números sobre as escolas particulares pode ser explicada pelo motivo antes mencionado no texto, quando se fala da organização/desorganização da estatística no estado.

11 Na medida em que a escolarização de massas foi se expandindo a partir do século XIX, também cresceu o mercado de produtos escolares. Os produtos são tudo o que se refere à materialidade escolar: livros, móveis, cadernos, canetas, lápis, cartilhas, lousas, materiais de uso pedagógico, etc. A historiografia da educação tem-se debruçado sobre este tema. Este campo de estudos entende que “os objetos são artefatos de cultura e produzem sentidos, valores, mensagem cultural; do mesmo modo, a matéria-prima do objeto apresenta significados sobre sua produção, que é também cultural” (REDE, 1996). Em relação ao mercado

escolar, Meda (2015) afirma que a história da escola não pode ser pensada desvinculada dos processos econômicos relacionados ao desenvolvimento da escolarização de massas e a conseguinte transformação da manufatura escolar do século XIX em uma indústria escolar, especialmente a editorial.

Referências

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. *A escola no tempo: a construção do tempo em escolas isoladas* (Florianópolis 1930-1940). 2008. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BRASIL. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Santa Catharina. Disponível em: <<https://archive.org/details/recenseamento1872sc>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

FERBER, Luiza Pinheiro. 'Um mal necessário': as escolas isoladas urbanas no projeto político republicano (Santa Catarina, 1911-1928). 2015. 155 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; JESUS, Camila Mendes de; FERBER, Luiza Pinheiro. O mínimo necessário: mobiliário escolar de escolas isoladas (Santa Catarina 1910-1920). In: _____; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). *Objetos da Escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar* (Santa Catarina - séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

GIL, Natália de Lacerda. Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, v. 134, p. 479-502, 2008, p. 479-502.

_____. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*. 2007, 409 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31052007-112812/>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MEDA, Juri. A 'história material da escola' como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 7-28, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/artic le/view/1984723816302015007/pdf_36>. Acesso em: 08 nov. 2017.

NÓVOA, Antônio. Prefácio. In: CANDEIAS, Antônio. *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. 1ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

REDE, Marcelo. *História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material*. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 4, 1996, p. 265-82). Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5343/6873>>. Acesso em: 08 nov. 2017

SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1925...* Disponível em: <<https://archive.org/details/rpescatarina1925>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 8 de setembro de 1918...* Disponível em: <<https://archive.org/details/rpescatarina1918>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917...* Disponível em: <<https://archive.org/details/rpescatarina1917>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Major João Guimarães Pinho... 1915*. Disponível em: <<https://archive.org/details/rpescatarina1915>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Synopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos...* Florianópolis – 1914.

Disponível em:
<<https://archive.org/details/rpescatarina1914a>>.
Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913...*

Disponível em:
<<https://archive.org/details/rpescatarina1913>>.
Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912...*

Disponível em:
<<https://archive.org/details/rpescatarina1912>>.
Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911...*

Disponível em:
<<https://archive.org/details/rpescatarina1911>>.
Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard...* 1907. Disponível em:

<<https://archive.org/details/rpescatarina1907>>.
Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906...*

Disponível em:
<<https://archive.org/details/rpescatarina1906>>.
Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 26 de julho de 1903...*

Disponível em:
<<https://archive.org/details/rpescatarina1903>>.

Sobre as autoras

Dilce Schüeroff: Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Vera Lucia Gaspar da Silva: Doutora em Educação (USP). Professora do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC. Bolsista Produtividade em Pesquisa – CNPq.

Recebido em abril de 2017.

Aprovado em novembro de 2017

Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Mensagem apresentada a Assembléa Legislativa, a 11 de agosto de 1929...* Disponível em: <<https://archive.org/details/rpescatarina1929>>.
Acesso em: 08 nov. 2017

_____. *Falla com que o Exm.o Snr. Doutor João Rodrigues Chaves...* 2 de fevereiro de 1881.

Disponível em:
<<https://archive.org/details/rpescatarina1881>>.
Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 25 de março de 1874.* Disponível em:

<<https://archive.org/details/rpescatarina1874>>.
Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Falla do illustrissimo e excellentissimo senhor José Joaquim Machado de Oliveira...* Março de 1837. Disponível em:

<<https://archive.org/details/rpescatarina1837>>.
Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. *Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina na abertura da 2.a sessão da 1a. Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836.*

Disponível em:
<<https://archive.org/details/rpescatarina1836>>.
Acesso em: 08 nov. 2017.

SCHIMIDT, Leonete Luzia. A constituição da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina (1830-1859). In: _____; SCHAFASCHEK, Rosicler; SCHARDON, Rosimeri. *A Educação em Santa Catarina no século XIX: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época*. Florianópolis: DIOESC, 2012.